

Baianos esperam rejeição da reforma

Otto e Lídice acreditam que mudanças trabalhistas podem ser barradas no plenário

ROMULO FARO
REPÓRTER

Baianos esperam rejeição da reforma trabalhista no plenário do Senado, após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa aprovar o relatório da proposta do Planalto na noite da última quarta-feira (28). Com voto em separado, a senadora Lídice da Mata (PSB) reiterou seu posicionamento de que o projeto "é uma crueldade contra o trabalhador brasileiro". A senadora baiana lembrou que o relatório não considerou nenhuma das mais de 780 emendas apresentadas pelos diversos senadores. "Não há saída. A única saída é votar completamente não. E dizer não a uma reforma trabalhista que é prejudicial ao trabalhador brasileiro; destruidora da Justiça do Trabalho no Brasil; e que pune de forma mais profunda ainda o direito da mulher trabalhadora em nosso País", afirmou a socialista ainda antes do resultado, cuja votação foi 16 a 9 pela aprovação do PLC (projeto de lei complementar) 38/2017, pelo qual o governo propõe a reforma trabalhista.

Após a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, a matéria segue para votação em plenário, onde Lídice da Mata tem esperança de rejeição. O plenário do Senado é composto por 81 parlamentares, e para aprovar o projeto, o governo precisa apenas de maioria simples, que é metade mais um. Para Lídice, a reforma trabalhista é "cruel e perversa". Ela aclama seus correligionários e os demais aliados de oposição a "não admitir sua aprovação". "Esperamos que o Senado possa votar não à reforma trabalhista, uma reforma imposta por um governo cada vez mais sem legitimidade pela realidade da política brasileira. A alternativa do bom senso e da racionalidade nos conduziria a continuar debatendo a reforma, sem votar hoje (na CCJ) e sem votar no plenário, pois este governo não tem condições de dar sustentação a uma reforma desta natureza. E este governo e esta reforma

levarão a um conflito de classes no País", disse a senadora do PSB.

Quem também é terminantemente contra a proposta de reforma trabalhista é o senador Otto Alencar (PSD). Em entrevista à *Tribuna* na última segunda-feira (26), ele também demonstrou esperança de que o governo seja derrotado em plenário, e assim como afirma Lídice da Mata, ele reclama do fato de o governo não permitir nenhuma emenda ao texto original, nem mesmo de senadores da base de sustentação ao Planalto.

"Eu fiz quatro emendas e não aceitaram. Nenhuma emenda foi aceita. E essas emendas corrigiriam fatos negativos para a segurança do trabalho. Se aceitassem essas emendas, nós votaríamos a favor. Só que o governo não quis aceitar nenhuma emenda de nenhum senador da composição, porque desejava que o presidente vetasse o que ele achasse que deveria vetar ou então pudesse corrigir o que era nocivo ao trabalhador por medidas provisórias. Nós votamos contra exatamente por isso, pela intransigência do governo. O governo foi muito intransigente, por isso perdeu e poderá perder também na Comissão de Constituição e Justiça, porque já existe um movimento contra essa posição inflexível de não aceitar as emendas", disse Otto.



LÍDICE e Otto criticaram o fato de nenhuma das emendas elaboradas pelos senadores ter sido aceita na CCJ



Urgência será votada na próxima semana

A análise do pedido de urgência para votação da reforma trabalhista contida no PLC 38/2017 ficou para terça ou quarta-feira da próxima semana. A decisão foi tomada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), na reunião deliberativa extraordinária da manhã de ontem. O requerimento foi lido por Eunício, que consultou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), se ele queria pôr em votação, mesmo diante do baixo quórum presente e diante do anúncio da oposição

de obstruir e pedir o voto nominal. Além da urgência para a reforma trabalhista, sobre a mesa havia também um pedido semelhante para PLC 57/2017, sobre cancelamento de precatórios não sacados.

"São dois assuntos muito importantes, mas é patente a falta de quórum para votação nominal. Deixa para colocar na próxima sessão na próxima semana", avaliou Jucá. O presidente Eunício se comprometeu com os opositoristas a não colocar os dois requerimentos em

votação nas próximas três reuniões de Plenário: da tarde de ontem, da manhã de hoje e da tarde de segunda-feira (3). "Para que ninguém tenha surpresa, mesmo com sessão deliberativa hoje à tarde, mas não vou levar a voto os dois requerimentos. Não esperem de mim qualquer tipo de posicionamento inadequado. Eu poderia não avisar que não colocaria e fazer aqui de tarde uma votação simbólica. Não farei isso em respeito ao Plenário e à oposição", afirmou o presidente do Senado.

Planalto acionou 'rolo compressor' para matéria passar



ROMERO Jucá em segundos colocou em votação o pedido de urgência

O GLOBO

O Palácio do Planalto deflagrou uma estratégia de adotar o chamado rolo compressor no Congresso. São três direções: aprovar em regime de urgência a reforma trabalhista no Senado, aprovar o nome de Raquel Dodge para ser a procurador-geral da República rapidamente e também correr na Câmara com a tramitação da denúncia do Ministério Público contra o presidente Michel Temer. No início da madrugada de ontem, logo após a aprovação da reforma trabalhista no Senado, o clima entre ministros do Palácio do Planalto era de comemoração.

No Palácio do Planalto e entre aliados, houve um alívio com a vitória na Comissão de Constituição e Jus-

tiça do Senado (CCJ), com as fiéis atuações do presidente da comissão, senador Edison Lobão (PMDB-MA), e do líder do governo no Senado e relator da reforma, Romero Jucá (PMDB-RR). Ao fim da sessão, enquanto a oposição reclamava, Lobão e Jucá em segundos colocaram em votação o pedido de urgência para que a reforma fosse direto para o plenário do Senado. A oposição só acordou depois da aprovação, e a sessão foi encerrada com gritos e protestos.

Enquanto isso, ministros e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), acompanhavam pela TV a sessão da CCJ. "As reformas avançam. Vamos ao plenário", disse o ministro Moreira Franco ao GLOBO, após o resultado. O rolo compressor deve se repetir nos demais desafios.

O presidente Temer não vai usar o prazo máximo de 10 sessões para apresentar sua defesa na CCJ, no caso da denúncia contra ele que foi protocolada na manhã de ontem na Câmara. Das dez sessões do prazo, a ideia é utilizar de três a quatro sessões. Aliados dizem que há sim votos na base para barrar a denúncia. Os mais animados falam que no plenário haverá mais de 250 votos.

Nas conversas com aliados, Temer tem sido firme, mas está sendo aconselhado a conversar com todos os deputados. A manobra de antecipar a indicação de Raquel Dodge foi comemorada, como antecipação do processo de substituição de Janot. "Agora, entra na fase de começar a receber café frio", brincou um deputado que frequenta o Palácio do Planalto.

Orçamento da prefeitura de Salvador para 2018 prevê uma receita de R\$ 6,9 bilhões

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O orçamento da Prefeitura é estimado em R\$ 6,9 bilhões para o ano de 2018. O assunto foi tema de debate em audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal nesta semana. A discussão foi presidida pelo vereador Tiago Correia (PSDB). Do total de receitas estimadas para o ano que vem, está prevista a distribuição de R\$ 6,1 bilhões de receitas correntes (88%); R\$ 291 milhões de receita intraorçamentária (4%); R\$ 901 milhões de receita de capital (13%) e R\$ 351 milhões (conta retificadora), correspondente ao abatimento do valor aportado pelo município ao FUNDEB (-5%).

Integrante do colegiado de Finanças, a vereadora Marta Rodrigues (PT) questionou a aplicação dos investimentos previstos com pessoal em 2018. "A LDO prevê um acréscimo de 6% no próximo ano em recursos com pessoal. É necessário que esteja neste bojo pelo menos uma reposição inflacionária para os servidores públicos municipais. Afinal, eles não tiveram nenhum reajuste em 2016 e ainda não há nenhuma perspectiva para este ano", disse. Também estiveram presentes no evento os vereadores Cezar Leite (PSDB), Aladilce Souza (PCdoB) e Sílvio Humberto (PSB). A

mesa de trabalhos da audiência pública também foi formada pelo subsecretário municipal da Fazenda, Caio Andrade. O encontro contou ainda com a presença da diretora de orçamento da Casa Civil, Ana Nery Reis Nogueira.

Segundo os organizadores, a audiência teve como um dos objetivos ressaltar a transparência no processo de elaboração das diretrizes orçamentárias, "tornando-a participativa". "A audiência da LDO/2018 tem o objetivo de recolher emendas da sociedade ou dos vereadores que podem

alterar algum conteúdo do projeto de lei. Num segundo momento, o Executivo municipal irá encaminhar para a Câmara de Salvador a Lei Orçamentária Anual (LOA)", afirmou Tiago Correia. "Por se tratar do início de gestão do Executivo, a LDO é colocada de forma menos detalhada, pois é seguida do Plano Plurianual (PPA). Que ainda segue em desenvolvimento, com previsão de conclusão até o dia 31 de agosto. Ela diz respeito às ações e metas políticas do governo, indicando quais áreas e os planos para investimento", completou o tucano.

Oposição apresenta emendas para fortalecer área social

O vereador e líder da bancada de oposição, José Trindade (PSL), afirmou que a oposição deve apresentar propostas de alteração do projeto antes de ele ser votado. "Foi estendido até segunda-feira o prazo para a apresentação de emendas. Nós da bancada de oposição estamos apresentando três ou quatro emendas. O projeto precisa de alguns ajustes", disse à *Tribuna*. Segundo o edil, existe pouca preocupação por parte da gestão municipal com as áreas sociais. "O orçamento é de R\$ 6,9 bilhões, mas a

Prefeitura precisa dar mais atenção para a área social. Em várias rubricas da LDO constam de forma insipiente o trato da área social", analisa. "A Prefeitura se preocupa com a questão da infraestrutura, mas não tem muita preocupação na área social", completa.

Após o recolhimento de todas as emendas (seja da população ou de vereadores), elas serão apresentadas e aprovadas na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Em seguida, a LDO deve ser apreciada em plenário.



TRINDADE afirmou que a oposição deve apresentar propostas para áreas sociais



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA



CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL

A COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHAGÁS, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.432.153/0001-20, com sede na Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 - Edifício Civil Business, Pituba, Salvador/BA, nesta capital, inscrita no CNPJ - MF sob o nº 34.432.153/0001-20, torna público, para conhecimento dos interessados, CHAMADA PÚBLICA, para aquisição de até 1 (um) milhão de m³/dia de gás natural, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA que integra este processo, documentos complementares e legislação pertinente. Os interessados em aderir à presente Chamada Pública deverão apresentar PROPOSTA COMERCIAL DE VENDA DE GÁS NATURAL, conforme roteiro disponível no site da Companhia (www.bahiasgas.com.br) a partir da presente data. As PROPOSTAS COMERCIAIS DE VENDA DE GÁS NATURAL deverão ser fornecidas em duas vias pelas empresas ofertantes, ambas devidamente assinadas pelos seus representantes legais, com firma reconhecida, e serem entregues ou enviadas a partir desta data até às 17 horas do dia 30/08/2017, na instalação da BAHAGÁS, localizada na Av. Prof. Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-012. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: mercado_gas@bahiasgas.com.br

Salvador, 30 de Junho de 2017.
LUIZ RAIMUNDO B. GAVAZZA
Diretor Presidente da Bahiagas